

Ruivo, Horácio

José Saramago: as crónicas políticas

Études romanes de Brno. 2025, vol. 46, iss. 1, pp. 53-69

ISSN 2336-4416 (online)

Stable URL (DOI): <https://doi.org/10.5817/ERB2025-1-5>

Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/digilib.82487>

License: [CC BY-SA 4.0 International](#)

Access Date: 16. 07. 2025

Version: 20250710

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.

José Saramago: As crónicas políticas

José Saramago: The Political Chronicles

HORÁCIO RUIVO [horacioruivo@gmail.com]

Universidade Aberta, Portugal

RESUMO

Permanentemente envolvido com as grandes questões do seu tempo, Saramago oferece-nos, nas suas crónicas políticas, uma ampla visão dos acontecimentos que nortearam a realidade portuguesa e europeia em dois momentos sequenciais distintos: de 1968 até à Revolução do 25 de Abril de 1974 e no período revolucionário pós-Revolução até 1975. As crónicas políticas do período anterior à Revolução mostram a vivência sob a ditadura de Marcello Caetano, numa fase em que o ditador pretendia criar a imagem de uma maior abertura às liberdades individuais, mas em que a censura continuava a exercer uma intensa força controladora. As crónicas políticas do período conturbado que se seguiu à Revolução apresentam, inicialmente, um otimismo pelo derrube do governo fascista e também a esperança na criação de um governo socialista, mas acabam numa certa distopia, quando o autor vê os ideais revolucionários em crise.

PALAVRAS-CHAVE

José Saramago; crónicas políticas; Estado Novo; Revolução

ABSTRACT

Always involved with the major issues of his time, Saramago offers us, in his political chronicles, a broad vision of the events that shaped Portuguese and European reality in two sequential but distinct moments: from 1968 until the Revolution of 25 April 1974 and in the revolutionary period after the Revolution until 1975. The political chronicles of the period preceding the Revolution reveal life under the dictatorship of Marcello Caetano, a phase in which the dictator sought to create the image of greater openness to individual freedoms, yet censorship continued to exert a controlling force. The political chronicles of the turbulent period that followed the Revolution initially present an optimism about the overthrow of the fascist government. Also, the hope for the creation of a socialist government, but end in a certain dystopia, when the author sees the revolutionary ideals in crisis.

KEYWORDS

José Saramago; political chronicles; Estado Novo; Revolution

RECEBIDO 2024-06-25; **ACEITE** 2024-11-20

1. Sobre o universo das crónicas

As crónicas de José Saramago são espaços complexos de reflexão e consciencialização social. O autor diz-nos que está tudo nas crónicas, obrigando-nos a escrutinar essas breves narrativas no sentido de podermos clarificar os referentes desse “tudo”, que abrange diversas questões, tendo muito do domínio autobiográfico (afinal, também nos diz que para se entender quem ele é, há que ir às crónicas: “As crónicas dizem tudo (e provavelmente mais do que a obra que veio depois) aquilo que eu sou como pessoa, como sensibilidade, como percepção das coisas, como entendimento do mundo” (Reis 1998: 46). Mas as crónicas expressam, acima de tudo, a análise crítica relativamente à situação do país, seja no período da ditadura, seja nos tempos subsequentes à Revolução de Abril de 1974. Muitas delas conseguem transportar-nos a um certo campo do fantástico, onde pairam interrogações sem resposta e muitas inquietações sobre os tempos e a existência. Todas acabam por ser embrionárias da grande produção de romances (estes uma extensão de muitas das análises e críticas plasmadas nas crónicas) que tornarão célebre o autor e lhe abrirão o caminho para a obtenção do Nobel da literatura em 1998. As crónicas funcionam, na verdade, como uma aprendizagem do autor, um “período formativo” (Costa 1997) crucial na sua carreira. Elas são, nas palavras do autor, “pequenas histórias sobre temas variados e, na aparência, inocentes, já que a censura vigente não permitia grandes atrevimentos. Ainda que por entre as subtilezas de linguagem se possam encontrar algumas farpas” (DN, 9 out. 1998). Por isso, elas tornam-se políticas, pois apresentam a visão panorâmica do autor sobre o seu tempo, envolto em constrangimentos impostos pelo regime ou, mais tarde, pela atmosfera de agitação política motivada pela Revolução. Horácio Costa mostra como as palavras de Saramago respondem “enquanto movimento estético, a condicionamentos sociopolíticos específicos da sociedade portuguesa durante o longo período salazarista” com as linguagens “possíveis de serem manejadas no campo da produção literária, como forma de resistir ao *statu quo* dominante” (Costa 1997: 102).

Uma das crónicas emblemáticas que explicita como o ato da escrita é objeto de reflexão é “As palavras”. As palavras são um elemento poderoso, ideológico e fundamental para o escritor: “a palavra, mesmo quando não afirma, afirma-se [...] A palavra não mostra. A palavra disfarça”, “A palavra é poeira nos olhos” (Saramago 1998: 56), diz-nos, procurando alertar o leitor para a forma como este pode ser ludibriado pelos discursos das forças do poder. Mas é o próprio autor que vai fazer uso das potencialidades das palavras para transmitir aquilo que os condicionalismos do momento histórico com a censura lhe impõem.

Saramago convida os seus leitores a ouvirem a sua mensagem simples e sincera, na crónica “A vida suspensa”: “Dê-me a sua mão, leitor, Sente-se aqui, a meu lado, e escute a história simples do coração dos homens” (Saramago 1998: 115). Falamos de *Deste Mundo e do Outro*, mas juntaríamos aqui também *A Bagagem do Viajante*. O leitor ouve, o leitor pensa, o leitor age – é a lógica do pensamento de Saramago.

Temos também as crónicas que correspondem a um outro período temporal e que estão reunidas em *As opiniões que o DL teve*, com a primeira edição em 1974, e *Os apontamentos*, com a primeira edição em 1990. Escritas durante o período do Processo Revolucionário em Curso (o PREC), o cronista pode então afirmar, sem reservas, a sua ideologia de esquerda, explorando conflitos de índole histórica, social, religiosa e humana, naquele período conturbado

pós-Revolução de Abril, mostrando, de início, muito entusiasmo, que haveria de dar lugar a alguma desilusão face ao que foi o rumo do movimento revolucionário então recentemente ocorrido.

A intenção de Saramago com as suas crónicas aparece subtilmente referida em inúmeros textos, de que ressaltamos aqui um excerto elucidativo retirado da crónica “Jogam as brancas e ganham”: “Uma frase numa página de jornal, meia dúzia de palavras insignificantes, impessoais – e vai-se a ver, há nelas motivo de sobra para reflexão” (Saramago 1997: 108); ou a frase: “O tempo é este papel em que escrevo” (Saramago 2006: 291). Acontecimentos e tempo são elementos fundamentais na análise de cada crónica. O tempo é sempre um particular objeto de reflexão, seja o tempo histórico real, cujos acontecimentos forneceram matéria para a escrita, seja o tempo na sua aceção mais global, que implica a fugacidade da vida, como aqui se vê nesta passagem de “Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio”: “Então uma ave cor de fogo passa como um relâmpago. O sino cala-se. E eu sacudo as mãos molhadas de tempo, levando-as até aos olhos – as minhas mãos de hoje, com que prenho a vida e a verdade desta hora” (Saramago 1998: 37). As mãos de hoje e o tempo de hoje são diferentes das mãos que, num passado recuado de há trinta anos, experimentaram outras sensações ao mergulhar no rio, porque o eu de hoje acumula um conjunto de vivências que o fazem ser outro, uma alteridade decorrente dessa passagem do tempo.

Contextualizemos as crónicas do primeiro período. Portugal vive em pleno Estado Novo. Após a queda de Salazar (1968), Marcello Caetano, apesar de alguma expectativa criada junto da população de que iria haver uma mudança positiva, assume o poder com a mesma mão de ferro do seu antecessor, camuflada sob a capa da conhecida primavera marcelista, teoricamente menos persecutória dos dissidentes e mais interessada no culto de uma imagem que não incomodasse a Europa: afinal, Portugal mantinha uma política interna e externa pouco abonatória na visão dos países da Europa ocidental. Essa dita primavera marcelista, foi:

Simultaneamente um sinal de esperança e de frustração. Por um lado, existiu uma campanha eleitoral relativamente concorrencial. Por outro, os resultados foram os mesmos das eleições anteriores, isto é, a negação de participação política efetiva aos membros da oposição. Neste contexto, a grande oportunidade política perdida de Marcello foi a negação da criação de partidos políticos, principal condicionamento para uma transição democrática. (Mendes 2020: 4)

Poder-se-á dizer que Marcello Caetano herda de Salazar e faz questão de manter na sociedade portuguesa “o medo, a cunha, o favor, a inveja, a dissimulação, o desenrascanço, a mediocridade, a intolerância, o fatalismo, o saudosismo e a desresponsabilização” (Luís 2008: 25), todo um rol de enorme negatividade que atormenta Saramago.

Deste Mundo e do Outro, tal como o título bem expressa, apresenta um conjunto de crónicas que tanto podem ser “deste mundo” – leia-se da realidade que cerca o autor – como de um outro mundo, que pode ser o mundo de cada um de nós. *A Bagagem do Viajante* envolve crónicas baseadas numa temática bem ao gosto de Saramago, a viagem. O *homo viator* acabará por ser um tópico recorrente nos seus romances e as crónicas deste livro são o esboço daquilo que o viajante apreende e aprende sobre a vida e o mundo.

Nas crónicas desse período, a vertente política surge camouflada, muitas vezes através da ironia e da metáfora. Doutra forma, não seria possível que as mesmas passassem no crivo da censura

vigente. Muitas foram censuradas e truncadas. Por exemplo, a que foi escrita para o número de 17 de maio de 1968 de *A Capital* foi truncada, pois nela se entendeu que algumas palavras (a crónica, já atrás referida, intitulava-se, precisamente “As Palavras”) remetiam para uma crítica velada ao cerceamento que o Governo fazia à liberdade de expressão. Portanto, a passagem que a seguir se cita foi alvo do lápis da censura, não tendo sido publicada: “Há também o silêncio. O silêncio, por definição, é o que não se ouve. O silêncio escuta, examina, observa, pesa e analisa. O silêncio é fecundo. O silêncio é a terra negra e fértil, o húmus do ser, a melodia calada sob a luz solar” (Saramago 1998: 56).

Também na crónica “Os olhos de pedra”, em *Deste Mundo e do Outro*, a temática da censura surge associada a uma estátua petrificada que “não fala, não respira - mas vê” (Saramago 1998: 63). Aquela figura de pedra, metaforicamente representando as forças do poder, está sempre atenta e pronta para punir qualquer ato ou qualquer palavra considerada subversiva, sendo que o autor sabe qual a melhor forma de lidar com a situação: é ter “coragem de ser firme no tempo da inconsistência. Mas talvez, para tanto, seja preciso ser de pedra. Ou ter olhos de pedra. Ou ser olhos de pedra” (Saramago 1998: 64).

O cronista recorre frequentemente à ironia como forma de analisar as palavras usadas por algumas figuras públicas ou pela própria imprensa. Veja-se, por exemplo, a crónica “O eufemismo como política”, que foi, como facilmente se depreende, vetada pela censura, conforme adiante retomaremos. É desta forma que dá a conhecer ao leitor a sua reflexão sobre os mais variados temas, o seu questionamento face à existência humana, os contornos do ato da escrita, levando-o esse a conhecer a pessoa que escreve, mas sobretudo desafiando-o a pensar, interpelando-o a uma consciência inquieta que o deixe desperto para o que o rodeia. O leitor tem de ver e reparar com olhar atento, seguindo o exemplo do autor que, na crónica “O Planeta dos horrores” sugere uma ação prática, mas carregada de carga simbólica, para entender o porquê de o mundo lhe parecer escuro:

Esta manhã, ao sair de casa, achei quem o mundo estava escuro. Em casos destes, começo sempre por deitar culpas aos óculos: tirei-os, pois, limpei-os escrupulosamente, tornei a pô-los: não havia dúvida, o mundo escurecera. Fui apalpar o fígado, que estas coisas, às vezes, vêm de perturbações hepáticas. Nada de anormal. (Saramago 1998: 191)

Este mundo escuro parece ser a representação de Portugal sob um regime ditatorial que tenta impedir a luz, o conhecimento, a liberdade. Cada leitor vai ser indiretamente convidado a olhar para o mundo que o rodeia (ou para o seu mundo interior), verificar se o mesmo está ou não escurcido e tentar identificar as causas.

As crónicas, pela sua extensão curta, obrigam a um cuidado especial na forma como, com um número reduzido de palavras, o cronista tem de conseguir concentrar o leitor e levá-lo a, através muitas vezes de metáforas, penetrar num mundo paralelo àquele em que se encontra, porque lhe aviva a sensibilidade para questões nas quais, de outra forma, não repararia. O autor viu, testemunhou, ouviu ou sentiu e tem de conseguir trazer para a crónica esse momento que considera importante partilhar, porque dessa partilha resulta também um crescimento e melhor conhecimento para todos. As crónicas ligam o vulgar ao excepcional, ligam o curso normal do tempo a acontecimentos que o escondem. Saramago, nas suas crónicas, “numa linguagem serena

e de belo recorte formal, [...] revolve as águas estagnadas do tempo que vivemos, de modo a darmos uma visão global do que somos e do que queremos ser” (Mendes 1975: 269) – ou, poderíamos complementar, do que não queremos ser como portugueses, mas a que obrigam os que governam.

A crítica saramaguiana tem-se focado, maioritariamente, na produção romanesca do autor, não sendo ainda frequentes os estudos sobre as suas crónicas, que parecem ter passado para um segundo plano, ofuscadas pela magnitude dos romances. Mas as crónicas são como que o alicerce que vai permitir a construção da grande obra literária de Saramago. Elas (a par dos contos e de alguma poesia e teatro) “permitem entender como este romancista se foi construindo enquanto tal, num processo que, sem esforço, nem despréstígio, podemos entender como de aprendizagem narrativa” (Reis 1998: 13).

Nas crónicas políticas daquele que aqui foi considerado o primeiro período (até à Revolução de Abril), refere João Marques Lopes que Saramago “mostrava uma intervenção cívica audaz em prol da transformação política, social e económica de um país ainda cercado pelo fascismo, e, na medida do possível, em conformidade com o ideário comunista que lhe dava base (Lopes 2010: 65). Estas crónicas (de *A Bagagem do Viajante*, de *Deste Mundo e do Outro* e de *As opiniões que o DL teve*) constituem hoje um precioso documento sobre o período derradeiro da ditadura em Portugal. Vejamos, a título de exemplo, a crónica “O grupo”, que nos mostra muito do ambiente de medo e de inação caracterizadores daquele tempo de ditadura, particularmente daqueles que, pela sua intelectualidade, deveriam ser movidos a outras atitudes:

São dez ou doze pessoas assustadas – um grupo. Sentam-se em redor de um saco cheio de medos [...]. São umas tantas pessoas trémulas que entre si decidiram o fingimento de ignorar a presença do saco – e chamaram a isso coragem. São umas tantas pessoas mudas de terror, que lançam risos, perguntas e respostas – e chamam a isso comunicação. Mas o saco está lá. (Saramago 1998:129)

Estas crónicas são também de uma riqueza literária superior às que se lhe seguiram no período pós-Revolução. Talvez porque foram escritas (as primeiras) no seguimento da experiência poética do autor nos *Poemas possíveis* (1966) ou em *Provavelmente alegria* (1970); talvez porque, como já dissemos, o facto de as ter escrito estando sujeito à censura o obrigasse a uma linguagem simbólica e metafórica, que confere aos textos uma elevada qualidade literária.

As crónicas políticas reunidas em *Os Apontamentos* são de cariz diferente. Lembremos que o autor vive agora num regime livre, que pode dar voz aos seus pensamentos e até usar os textos como arma na sua militância política de esquerda. Feita uma análise ao que foi a sua passagem pelo Diário de Lisboa e pelo Diário de Notícias, diz Saramago que acreditava que o direito de informar e de ser informado se deveria reger “por exclusivos ditames de verdade e de dignidade, sem cedências ou contemporizações com qualquer forma de poder” (Saramago 2014: 14–15), mas, mais tarde, constata que “os jornais são, eles próprios, na sua maioria, instrumentos de poder” e que estas crónicas:

Alimentaram-se durante as duas épocas em que, mais por imperativas circunstâncias do momento do que por apetites irresistíveis de vocação, me achei a trabalhar na imprensa. A primeira foi vivida no Diário de Lisboa, nos anos de 1972 e 1973, quando o marcelismo já estava na sua fase de decomposição. A segunda, no Diário de Notícias durou muito menos: tendo começado

nos princípios de 1975, no resultado dos acontecimentos de 11 de Março, veio a terminar no dia 25 de Novembro desse mesmo ano, por óbvias razões. (Saramago 2014:15)

Essas óbvias razões prendem-se com o golpe contrarrevolucionário que deitou por terra o projeto socialista idealizado por Saramago e que forçou à saída do escritor daquele jornal. Contra os princípios deontológicos e éticos, era visível o comprometimento da comunicação social, no geral, com os ideais políticos em causa: “[...] desenvencilhando-se do “Exame Prévio” do Estado Novo, os jornais assumiram-se abertamente, durante todo o PREC, como veículos não somente informativos, mas também opinativos” (Thimóteo 2014: 68).

Em todas essas crónicas há, contudo, uma mesma filosofia subjacente que Saramago confirma nestas palavras: “Experiências diferentes, mas, tanto numa como noutra, foi de liberdade que se tratou: no primeiro caso, uma liberdade que se pressentia; no segundo caso, uma liberdade que afinal era preciso aprender” (Saramago 2014: 15).

2. As crónicas da primeira fase – algumas temáticas

Entre as variadas temáticas que surgem nas crónicas políticas, vamos focar-nos nalgumas que nos parecem cruciais, por fornecerem uma clara imagem de Portugal no momento: a emigração, a agricultura, a censura, a educação e a cultura, podendo esta ser associada ao alheamento e inação dos portugueses.

2.1. A emigração

Comecemos pela emigração e por aquela que, em larga escala, aconteceu ao longo da década de 60 do século XX rumo a França. As crises diversas decorrentes da segunda guerra mundial vieram desencadear surtos massivos de emigração rumo àquele país mais industrializado e rico da Europa ocidental. Portugal é, à época, um país muito pouco industrializado, vivendo a maioria da população da agricultura, quase sempre em dependência de grandes proprietários que exploraram os trabalhadores (o romance *Levantado do chão* será, mais tarde, disso um exemplo). Esse é um dos dois fatores determinantes que levam à saída de tantos milhares de homens do nosso país: a pobreza extrema, que obrigava a condições de vida deploráveis e sem expectativa de futuro; o outro é a guerra colonial, que se iniciou, precisamente, no início da década de 60. Álvaro Cunhal, dirigente do Partido Comunista Português (na altura, na clandestinidade), aponta os motivos principais que levaram a um agravamento da situação em Portugal durante o governo de Marcello Caetano: “a crise do regime manifesta-se em quatro aspectos fundamentais: o agravamento e deterioração da situação económica, a guerra colonial, o crescente isolamento interno e o crescente isolamento internacional” (Cunhal 1944: 74).

Neste excerto da crónica “Todos precisos outra vez”, ficam claras as razões da emigração:

O menos que se pode dizer dos portugueses que emigraram é que não se sentiam bem na sua terra; o mais que deve admitir-se, é que a vida nela se lhes tornara insuportável, e a palavra só

pode parecer excessiva a quem nada saiba ou não tenha querido saber das condições de existência desse milhão de compatriotas nossos que, legalmente ou ilegalmente, atravessaram a fronteira. (Saramago 2014: 194)

Emigrar constituía um sonho, mas, uma vez chegados a França, os primeiros emigrantes foram vítimas de exploração por parte dos empregadores.

Os emigrantes sofrem com a separação da Pátria e, longe da sua terra natal, enfrentam problemas difíceis relacionados não só com a falta de habitação condigna como também com as diferenças salariais impostas por empresários gananciosos que, embora lhes aproveitem as qualidades de trabalho, esquecem a condição humana desses trabalhadores. (Saramago 2014: 195)

Nem tudo era fácil e Saramago escreveu-o nas suas crónicas. A saudade, a habitação no conhecido *bidonville* e a exploração laboral são dadas a conhecer aos portugueses, para não se criar dos emigrantes a imagem de que vivem num paraíso – pois essa é, porventura, a imagem que dão de si quando aparecem no país no mês das férias ostentando sinais de riqueza.

Sobre a habitação dos emigrantes em França, há uma descrição impressionante do jornalista Nuno Rocha:

As barracas encostam-se umas às outras, as mesmas barracas trágicas do nosso Casal Ventoso, da Curraleira. Blocos de cimento, portas e tabiques extraídos de demolições, tábuas desismanadas formando alpendres, a “casa” constituída por uma camioneta sem rodas e sem flanco; o que resta de um atrelado é vivenda de luxo. (Rocha 1965: 160)

Várias crónicas abordam a temática da emigração, mas há uma que, pelo próprio título, remete para uma situação complexa que envolveu o processo migratório em França, obrigando muitos emigrantes lusos a regressar ao seu país. Esta crónica merece ser explorada, porquanto, muito para além de dar conta da situação dos emigrantes, aponta críticas ao Governo pela sua incapacidade de lidar com o problema. Efetivamente, os milhares de portugueses que emigraram para França são confrontados com a necessidade de voltar a Portugal, dada a enorme crise que abalou a Europa na década de 70 e criou, também em França, um elevado número de desempregados. São esses “os franceses de torna-viagem” (título da crónica), que experimentaram em França, mesmo sob a condição de emigrantes, uma vida que em nada tinha a ver com a miséria e a tacanhez que se vivia em Portugal, fruto de uma política estagnadora e de reclusão relativamente à Europa desenvolvida internamente pelo Governo. Esses portugueses (mais de seiscentos mil) vivem agora o pesadelo do regresso forçado – e o sonho que os levou a França torna-se pesadelo: “Mudaram muito os tempos, e hoje, por essas e outras paragens gaulesas, vivem mais de 600.000 portugueses sem fitas nem laços e que têm um futuro sombrio à sua frente. Transformamos a ficção risonha e pueril numa grave realidade” (Saramago 2014: 23).

Nessa mesma crónica, apercebemo-nos do tipo de trabalho dos portugueses por terras de França, o qual, sendo difícil, era compensado pelo vencimento que auferiam e que nada tinha a ver com a miséria que se ganhava em Portugal.

Os franceses, que até agora têm-se “condescendido” em deixar aos emigrantes os trabalhos duros e sujos, serão forçados, se o movimento atual não se inverter, a disputar esses mesmos trabalhos, eliminando, portanto, a mão de obra estrangeira. Prevê-se até que essa ameaça paire, principalmente, sobre os trabalhadores que não procedam de países membros do Mercado Comum ou, mais rigorosamente, da Comunidade Económica Europeia – que é o caso de Portugal. (Saramago 2014: 23)

Tal acabou por se concretizar, tendo o governo francês oferecido dinheiro e a viagem de regresso aos portugueses que se comprometessem a não voltar a França como trabalhadores. Essa oferta constituía um dilema para estes cidadãos, que não viam no valor oferecido (dez mil francos) o suficiente para abrirem um negócio em Portugal, o que os poderia obrigar a voltar à agricultura, um retrocesso no regresso ao pequeno planeta provinciano, como Saramago se referiu ao nosso país. Para o Governo português, a vinda destes emigrantes poderia também causar algum desconforto, porquanto eles procurariam um trabalho que lhes conferisse a mesma dignidade que haviam tido em França (com ordenados e proteção social igual às dos franceses) e isso, juntamente com a mensagem que espalhariam sobre a forma como se vive em França, poderia transformar-se em revolta por parte dos pobres trabalhadores portugueses que sempre cá viveram: “Estes homens vêm de um mundo que nada tem de comum com o pequeno planeta provinciano e tradicional donde, na sua maior parte, saíram” (Saramago 2014: 24). Os franceses de torna-viagem tiveram a experiência que o Governo português sempre quis impedir aos cidadãos: o confronto com outras realidades mais dignas, com políticas mais democráticas. Estes portugueses emigrantes em França “aprenderam que é possível viver doutra maneira, viram, por exemplo, que os rurais franceses são como príncipes em comparação com a castigada gente que se arrasta pela nossa província. Quem pode imaginar a que extremos de amargura chega um homem assim” (Saramago 2014: 24). E a crónica levanta questões sobre a capacidade (ou não) de o Governo vir a lidar com a situação destes portugueses:

Que se faz ou projeta fazer para empregar de novo todos estes compatriotas, para “reciclá-los” em termos de utilidade mútua, isto é, dos interessados diretos e do País, não menos direto interessado? Esses milhares de portugueses, que saíram da Pátria para viver melhor, hão de querer, se a ela voltam, não ter de viver pior. Este pode ser, afinal, o grande “desafio” português dos tempos que estamos vivendo. Perdem-lo ou ganhamo-lo? (Saramago 2014: 24–25)

Saramago deixa o alerta, consciente de que o que se vier a fazer será sempre uma mais-valia para ambas as partes (emigrantes e Governo). Aliás, o Governo, que impunha obstáculos à saída de portugueses, obrigando-os a sair de forma clandestina, atravessando fronteiras com a ajuda de passadores e riscos de vida (“Muitos portugueses morreram afogados no rio Bidassoa quando, noite escura, tentavam alcançar a nado a margem de lá, onde se dizia que o paraíso de França começava”) (Sgarbi 2020: 83), beneficiou com as remessas que esses emigrantes faziam entrar no país. Será, pois, de elementar justiça que se debruce sobre as medidas a tomar – Saramago lança o desafio nesta sua crónica.

Também na crónica “Os Emigrantes, de hoje e sempre”, Saramago vai pegar num discurso de Mário Roseira (na altura, chefe da 1^a Repartição da Direção-geral da Previdência do Ministério

das Corporações e da Previdência Social) para mostrar a hipocrisia das palavras proferidas sobre os emigrantes: “Pensamos com especial carinho nos trabalhadores portugueses que por circunstâncias diversas foram buscar noutras terras a melhoria das suas condições de existência e participar no desenvolvimento dos países em que trabalham” (Saramago 2014: 36). Quando se fala em “circunstâncias diversas” está-se a escamotear a realidade das circunstâncias de ordem política e social que levaram os portugueses a abandonar o seu país: “Bem sabemos que em discursos formais, mormente se se trata de acolher visitas, é de bom-tom que as verdades um pouco amargas sejam diluídas e se procure transmitir uma imagem doméstica lisonjeira para todos” (Saramago 2014: 36).

Noutra crónica, “O português tal qual se vende”, ainda sobre a temática da emigração que muito preocupava Saramago, este vai dar-nos conta da falta de iniciativa do Governo em promover a publicação de jornais e revistas em França, que muito beneficiariam os emigrantes e contribuiriam também para que os franceses se acostumassem ao contacto escrito com a nossa língua – afinal a segunda mais falada em França, precisamente pelo número enoríssimo de falantes lusos. Sendo raríssimas as publicações em português e apenas possíveis de encontrar em Paris, Saramago opina que, ainda assim, logo que haja algum domínio da língua francesa por parte dos emigrantes, eles vão, seguramente, preferir ler os jornais franceses em vez de “um melancólico, cinzento e atrasado jornal português” (Saramago 2014:188). Trata-se também de uma crítica à imprensa portuguesa, controlada pelo Governo através da censura.

2.2. A agricultura

Debruçemo-nos sobre outro tema recorrente nas crónicas: a agricultura. Num país pobre e essencialmente agrícola como era Portugal, Saramago critica medidas pontuais, como, por exemplo, as ajudas financeiras propostas por associações bancárias (de lavradores, entenda-se – as chamadas caixas de crédito agrícola), para apoiar a agricultura (às quais, por desconhecimento ou inabilidade, raramente quem delas precisa consegue ter acesso), e constata que a população, sobretudo feminina, tende a fugir do setor primário, pois experimentou durante séculos as agruras no trabalho agrícola e nunca viu minimamente compensado esse esforço. No seu entender, há um escamotear da realidade por parte das autoridades, que são incapazes de explicar as verdadeiras causas do abandono, as quais Saramago torna claras na crónica “Elucidar e dignificar”:

Se é possível resumi-las em poucas palavras, diríamos que os antigamente conformados habitantes dos nossos campos descobriram, enfim, que tinham direito a um nível de vida que os não desumanizasse, mesmo que para os alcançar ainda tivessem de passar por estádios donde a desumanização não estaria ausente. (Saramago 2014: 93–94)

Entre esses estádios conta-se o outro grande problema da época, atrás referido: a emigração. Evitar parte da emigração poderia passar por campanhas oficiais que dignificassem o trabalho no setor primário, pois são precisamente os mais jovens (tendencialmente mais esclarecidos do que a população mais idosa) que tendem a rejeitar a agricultura como forma de vida, dado não

quererem perpetuar a exploração a que gerações foram sujeitas. Mas o tom crítico de Saramago é bem visível na crónica:

Quanto à dignificação, teremos de lembrar que só precisa de ser dignificado o que tiver perdido dignidade, e ainda aqui (e sobretudo aqui) haveria de reconhecer-se que o trabalho agrícola, não sendo em si menos digno que qualquer outra tarefa, foi realizado, durante gerações e gerações, em condições que só com boa vontade extrema e cegueira para as realidades se poderiam considerar dignas... (Saramago 2014: 94)

Ora, o que vemos aqui na crítica velada de Saramago é a posição do governo de Marcello Caetano que, na linha do antecessor Salazar, parece continuar a defender que a pobreza constitui um estado digno (este recorre à ideologia da Igreja, segundo a qual que o reino dos céus será alcançado pelos pobres). Portanto, se, por um lado, há a consciência do Governo de que a agricultura está em crise por falta de mão de obra e é preciso fazer-se alguma coisa, há também, por outro lado, uma vontade de manutenção de um *status quo*, porque elevar a condição dos camponeses poderia significar a perda de uma massa apoiante – ou, pelo menos, que não criticasse – as políticas em vigor. Há uma herança, como se disse, dos elogios aos pobres tecidos por Salazar, exaltando a humildade, o trabalho com sangue, suor e lágrimas, e difundindo uma mentalidade, a que Saramago fortemente se opõe, de que a pobreza é digna. O autor tem bem presente a imagem dos seus avós camponeses da Azinhaga, a vida dura que levaram e o desconhecimento de tudo o que estivesse para além do pequeno mundo em que nasceram e morreram. A avó Josefa encarna essa realidade das gentes do campo: “Não sabes nada do mundo. Não entendas de política, nem de economia, nem de literatura, nem de religião. Herdaste umas centenas de palavras práticas, um vocabulário elementar. Com isto viveste e vais vivendo” (Saramago 1998: 27). Conclui que lhe roubaram o mundo, a essa avó, imagem das mulheres simples do Portugal rural e pobre da época.

Nesta matéria de agricultura como em tantas outras, Saramago demarca-se das posições do Governo, que pretende manter a imagem de um império, mas que, na verdade não passa de uma nação cada vez menos projetada para o exterior e cada vez mais pobre: “Perdemos mercados, temos em alguns uma presença simbólica, lutamos por defender dois ou três produtos tradicionais – tudo isto ao pé da porta, como quem defende últimos redutos” (Saramago 2014: 61). O Governo continua, à semelhança do que fazia Salazar, a dar de Portugal uma imagem irreal de um país autossuficiente, que se conseguia manter independente do resto da Europa. Mas Saramago vê apenas um país moribundo e completamente dependente de outros, sobretudo daqueles que detêm os produtos de que necessitamos: “Foi preciso faltar gasolina para que o português médio descobrisse a que ponto está dependente do mundo, ele que tinha sido ensinado a considerar-se autossuficiente”. (Saramago 2014: 206).

2.3. A censura

Sobre a temática da censura, diremos que as crónicas políticas de Saramago refletem muito dessa realidade vivida em Portugal sob o regime do Estado Novo instaurado em 1933. Foi um regime ditatorial de quase meio século, que exerceu um forte controlo da máquina política e limitou ao máximo o direito à liberdade individual e coletiva. Não tendo nunca Saramago sido preso pela PIDE (a polícia do Estado), embora tenha saído do país para evitar a prisão que se anunciava, viu os seus textos jornalísticos sujeitos à censura do regime, na altura com o controlo do ditador Marcello Caetano, totalmente antipartidário e autoritário. O Governo tinha na censura o que Ana Cabrera (2008) considerou ser uma estrutura tentacular de controlo sumário da sociedade portuguesa. E ao cronista cabia o papel de desvendar o “eufemismo como política” (título de uma crónica), isto é, verificar como as palavras eram usadas “para servir conveniências” (Saramago 1998: 50). Nessa crónica “O euphemismo como política”, Saramago vai transcrever uma parte do texto do Estatuto da Imprensa, fazendo uma crítica à forma como esse texto está escrito de forma cautelosa, evitando expressar ideias claras, deixando margem para possíveis posteriores alterações de sentido. São jogos de palavras, numa “época que lembra irresistivelmente a dos barrocos seiscentistas”, em que Saramago facilmente confirma a postura ditatorial do Governo:

A escolha da linguagem nunca é inocente: neste caso, pretendeu-se aparar as asperezas, amortecer o choque, fazer esquecer que muito mais do que compreensão, se tratava de constrangimento, ou abafamento, ou sufocação, ou opressão, tudo situações radicalmente negativas, sem equívoco possível. (Saramago 1998: 51)

Durante a chamada primavera marcelista, começam a surgir ecos revolucionários numa camada mais letrada da população, ecos esses que o Governo precisa de abafar. Saramago é uma dessas vozes dissonantes e usa as crónicas políticas como forma de dar conta da perseguição do Governo contra tudo o que pudesse pôr em causa a sua autoridade. Critica, na crónica “As regras da conveniência”, todo o conjunto de atos considerados subversivos pelo Governo e que poderiam, ao ser praticados, fragilizar a política governamental, pelo que os jornais não deverão incorrer em nenhum desses delitos de imprensa:

Textos ou imagens que atentem contra a integridade e independência do País, revelação de segredos de Estado ou quaisquer outras informações de caráter secreto; afirmações suscetíveis de prejudicar as relações do Estado português com nações estrangeira; afirmações falsas, tendenciosas ou deformadas suscetíveis de fazer perigar o bom nome, o prestígio ou o crédito do País no estrangeiro, ou causar alarme ou inquietação pública; ofensas ou injúrias ao Chefe do Estado, membros do governo, deputados, magistrados, outras autoridades e seus agentes, tribunais e outras corporações públicas e órgãos do Estado; o que tenha em vista a alteração da Constituição por meios ilegais; quanto incite à suspensão das atividades econômicas ou a cessação do trabalho; o que faça apologia ou instigue à prática do crime contra a segurança do Estado; o que instigue ou provoque a desobediência coletiva, tente perturbar a ordem ou tranquilidade públicas ou incite à violência ou rebelião; o que procure aliciar ou incitar ao não cumprimento dos deveres militares; difame, calunie ou injurie qualquer pessoa; divulgue informações abrangidas pelo segredo

profissional, constitua ultraje à moral pública, tenha por fim qualquer ato de extorsão; ameace ou intime com o fim de coagir à prática ou omissão de qualquer ato, provoque a prática de qualquer crime ou falte ao respeito à Bandeira Nacional. (Saramago 2014: 52–53)

Ora, Saramago não tem dúvidas sobre a manipulação que se está a fazer à imprensa e não tem dúvidas também de que as decisões do Governo, mesmo quando aparentam alguma democraticidade, são apenas de fachada. Di-lo na crónica “Uma contradição à luz do dia”, a propósito da autorização governamental para a realização do Congresso de Oposição Democrática *versus* a proibição de uma romaria à lápide do democrata opositor ao regime Mário Sacramento. Por isso, Saramago reflete, nessa crónica, sobre o paradoxo destas decisões, mesmo quando, como foi o caso, se permitiu a realização de um congresso da oposição, que se sabia ser controlado e onde as críticas ao Governo nunca poderiam surgir de forma explícita. Será, talvez, oportuno lembrar aqui que o poder censório do Governo se estendia a várias áreas da cultura, desde a literatura, às letras das músicas, ao teatro, enfim, a tudo o que pudesse vir a agitar as consciências do povo português.

Por isso, a questão da cultura constituía também uma preocupação para Saramago. É a falta de cultura dos portugueses que, em parte, os responsabiliza pelo estado social e político do país, porquanto os torna apáticos face a um regime que os mantém em pobreza física e intelectual quando comparado com o que acontece na Europa, à qual parece que não pertencemos. “Este país preocupa-me, este país dói-me. E aflige-me a apatia, aflige-me a indiferença, aflige-me o egoísmo profundo em que esta sociedade vive. De vez em quando somos um povo de fogos de palha, ardemos muito... mas queimamos depressa” (Saramago *apud* Aguilera 2010: 108). Esta apatia manifesta-se, entre outros aspetos, na ausência de produção artística genuína de índole nacional, parecendo não sermos capazes de nos abstrair dos cânones e das “severidades e seguras de uma religião inimiga dos gozos do mundo” (Saramago 2014: 48), como refere na crónica “Ter pouco e desbaratar”. Saramago não poupa críticas à Igreja, cuja ideologia e cujos interesses estão em consonância com os do Governo. Não poupa críticas ao facto de desbaratarmos muito do nosso património artístico a troco de dinheiro que os estrangeiros facilmente pagam, levando para fora do país um acervo importantíssimo da nossa história cultural: “Temos sido grandes fornecedores de bibliotecas e colecionadores estrangeiros que dispõem de fartos orçamentos e não discutem preços, em chocante contraste com a penúria de meios ou a estreiteza de vistas de algumas autoridades nacionais” (Saramago 2014: 49). Ficamos mais pobres perante estas realidades, culpa do Governo, como ficou explícito, mas culpa também dos cidadãos, que ficam indiferentes, por comodismo ou desconhecimento, a estas situações.

O cidadão não lê, não se cultiva e, consequentemente, não reage. Isso mesmo nos mostra na crónica “Livros, leitores e leitura”, onde critica a estatística abonatória para o Governo sobre a quantidade de publicações e de leitores, mas que Saramago entende ser tendenciosa, porque “a realidade acaba por denunciar certos sombrios aspetos que ao primeiro relance de olhos não avultam.” (Saramago 2014: 90). Questiona-se o autor sobre a qualidade dessas publicações e as preferências dos leitores, obviamente tendo consciência de que a quantidade e a qualidade não são diretamente proporcionais, até porque, como se sabe, as publicações eram controladas pelo Governo, e os leitores (na crónica em questão a estatística tinha a ver com os frequentadores de bibliotecas municipais) são em número muito reduzido, ainda que, quando multiplicados pelo

número de vezes que acederam a essas bibliotecas, crie a imagem de um avultado público leitor. A força e a coragem em desmascarar os dados oficiais fazem do cronista Saramago um verdadeiro ativista contra o Governo seguidor da ideologia salazarista.

2.4. A educação

Passemos a outro tema importante nas crónicas, a educação. Marcello Caetano foi autor de uma reforma na educação, cujo rosto visível foi o ministro Veiga Simão. Consciente de que a reforma não passava de uma forma diferente de controlar o mesmo sistema educativo, tal como havia verificado nos tempos de Salazar, Saramago vai, na crónica “Sobreviver, ou viver”, mais uma vez, tecer críticas à aceitação do povo português a tudo aquilo que lhe é imposto, nisso que qualifica de “uma apatia grave, uma forma de astenia desistente que a todos torna espectadores da sua própria inércia” (Saramago 2014: 133–134). Quando o ministro refere que a reforma em curso na educação é o ponto de partida para a sobrevivência do país, Saramago questiona se não será antes um passo para o abismo, pois essa reforma, tal como viria depois a ser analisado por Stephen Stoer:

Não fora elaborada para “democratizar Portugal”, sendo até enganadora a expressão “democratização do ensino”, uma vez que o seu real valor [...]; não só não tinha por objetivo principal tornar a população de Portugal politicamente ativa e participativa, como, pelo contrário, almejava manter e consolidar ainda mais o controlo político, sob a capa de alargados benefícios no sector da educação” (Stoer 1983: 808).

O intelectual Saramago tinha perfeita consciência das intenções do Governo e não fica indiferente, criticando de forma bastante clara, num momento em que a censura imperava. Assim, é contundente a crítica lançada ao discurso de Veiga Simão, pegando na metáfora do “arame farpado” da ignorância, que o ministro diz ter de acabar, mas que Saramago interpreta de forma diversa, associando o arame farpado à censura e não vendo, portanto, que a ignorância possa acabar enquanto se privarem os portugueses da liberdade de expressão:

Afirmou o ministro [...] que “o arame farpado da ignorância será eliminado”. A imagem é expressiva e a intenção merece todos os aplausos. Tanto mais que é nesse “arame farpado” que tem estado, precisamente, a nossa dificuldade de viver, tanto mais que esse mesmo “arame farpado” [...] nos foi proposto, durante longuíssimos anos, como um ideal de vida. (Saramago 2014: 134)

Há uma crónica, dentro desta mesma temática da educação, onde são criticadas as condições das escolas portuguesas e a inoperância ou falta de vontade do Governo em resolver algumas questões de ordem prática, como o aquecimento. Trata-se da crónica com o título sugestivo de “O professor inverno”, que nos diz que:

Das crianças que frequentam as escolas primárias poderíamos dizer que têm todos os problemas e penas dos adultos, e mais um: o frio que vão suportando ao longo dos Invernos, sentadas na

tábua dura da carteira, enregeladas em salas que parecem abertas para o ar livre e agreste, e onde a capacidade de assimilação do ensino se reduz, por isso mesmo, ao nível inibitório do desconforto. (Saramago 2014: 176)

Nestas condições, a aprendizagem está longe das condições normais exigidas e que se sabe existirem nos países desenvolvidos da Europa, insistindo-se cá numa ideia retrógrada de que o aquecimento faz mal à saúde e, por conseguinte, não se instala nas escolas. Os alunos continuarão, em cada inverno, a ser “uns pobres seres roxos de frio, vítimas dos hábitos trogloditas de um país onde ainda prospera o preconceito de que o aquecimento mesmo das casas faz mal à saúde” (Saramago 2014: 176).

3. As crónicas da segunda fase

Passemos agora à segunda fase das crónicas de Saramago, aquela que ocorre após a Revolução do 25 de Abril de 1974, quando escrevia para o Diário de Notícias, congregando textos sobre o período pós-revolucionário e algumas desilusões do autor perante o momento que se vivia, atacando os inimigos da Revolução e do socialismo e criticando o caminho que Portugal estava a trilhar rumo a um capitalismo europeu. Nesta fase pós-25 de Abril, já não há censura e o cronista pode expressar-se abertamente, nomeando mesmo algumas figuras que pretende atacar.

Saramago vai, agora, empenhar-se na construção do projeto socialista que já idealizava para Portugal nos tempos da ditadura, mas que não podia expor abertamente dadas as circunstâncias políticas. Lembremos que Saramago é, desde 1960, membro do Partido Comunista Português, partido que sempre atuou na clandestinidade até à Revolução. A crónica “Cuidemos do que é nosso” enaltece o momento político que se vive há praticamente um ano (em 1975) e mostra as diferenças entre o que se viveu num passado recente:

Perca as dúvidas quem ainda as tenha ou as use como lotaria para futuras desforras. O Povo português fez as contas aos latrocínios de que foi vítima durante tantos anos paciente, tirou a prova real aos roubos cometidos pelos grandes senhores da banca e das finanças, pesou na balança as extorsões de gerações de latifundiários. (Saramago 2014: 227)

E é por isso que, no seu entender, o processo revolucionário avança sem retrocesso, com a reforma agrária, o povo e as forças armadas a rumarem no mesmo sentido, mesmo sabendo que haverá conspiração das forças do capitalismo nacional e internacional e da chamada social democracia.

A euforia de Saramago é de tal ordem que vê a Revolução não apenas um marco na História de Portugal, “mas também do mundo”, pois considera que os regimes totalitários vão ter, no exemplo português, um modelo a seguir rumo à democracia e ao socialismo. “Encontramo-nos demasiadamente perto das árvores para podermos ver a floresta, mas é bom que nos habituemos à ideia de que estamos fazendo história, não apenas a nossa própria história, mas também a do mundo” (Saramago 2014: 228). Efetivamente não muito tempo depois, vários foram os países

onde colapsaram os regimes autocráticos (Grécia, Espanha, e mesmo alguns países da América Latina, como o Brasil, o Chile ou a Argentina) (Sgarbi 2020: 110–111).

Com o socialismo na mira e um otimismo mais moderado, Saramago reitera, na crónica “Varinha de Condão, não”, a necessidade de dar continuidade ao processo revolucionário, mas dá conta das forças dissonantes que, a 11 de março, Spínola encabeça num golpe militar que acabaria por não ter consequências. “Aí temos as nacionalizações, a opção socialista, os caminhos apontados para a mudança revolucionária da vida portuguesa [...] Combate a combate, chegamos à linha que nos separa do futuro, e esse futuro é amanhã” (Saramago 2014: 231). Face ao que observa, Saramago transmite uma lição ao povo português, povo esse que começa a não ver na mudança tudo o que gostaria de encontrar para ter a ambicionada vida melhor. Por isso, adverte que:

O socialismo não é uma varinha de condão, que por obra de sobrenatural mudasse o feio em bonito, o meu em bom, o pouco em muito. [...] Deve em termos claros ser explicado ao País, ao Povo Português, que vai ser preciso trabalhar duramente, que vai ser preciso trabalhar já, para que Portugal continue e o socialismo se construa. (Saramago 2014: 232)

Esta insistência no socialismo como projeto e meta deixa transparecer algum medo de que o fascismo anterior à Revolução possa vir a reinstalar-se, se não houver a valorização de tudo o que se conseguiu no ainda curto período de tempo vivido em liberdade. Há que reparar e ver como tudo mudou. Na crónica “O décimo não premiado” há um elogio do trabalho feito por todos (políticos e povo) e as palavras proferidas denotam o entusiasmo revolucionário generalizado:

Neste outrora tão calado país (um outrora recente, de há um ano apenas, mas que já parece pertencer a outra história e a outra terra), a palavra explodiu. Diante disto, o Maio de 68 francês tem jeito de simples murmúrio, e se as paredes de Paris receberam, a braços, a palavra escrita, que coisa é essa comparada com a espantosa narrativa, ou poema, ou discurso político que por todas as paredes de Lisboa se derrama? (Saramago 2014: 246)

Mas intensifica-se em Saramago o sentimento de que há forças que tentam destruir os ideais de Abril, conforme se vê na crónica “Este segundo primeiro de maio”:

Então não sabíamos, ou não acreditavam os que creem ser a liberdade uma conquista que, feita uma vez, assim fica, não sabíamos que duras batalhas haveríamos de travar, que teríamos de ir para a rua dispostos a tudo – porque enfim descobrimos que, neste Portugal de hoje, perder a liberdade não distingue de perder a vida. [...] o tempo cansou de esperar por nós e seguiu para diante. Agora teremos de correr muito, teremos de cansar os braços e os cérebros, ou a nós nos pedirão contas os nossos filhos pela oportunidade que perdemos. Se a perdermos... (Saramago 2014: 248)

Pouco a pouco começamos a ver um escritor descrente no projeto socialista. A crónica “À espera de Godot” parece marcar o início desse ceticismo. Fazendo um resumo da peça de Beckett, Saramago vai mostrar que também em Portugal se está à espera de nada: há inatividade, excesso

de palavras, atraso na tomada de medidas, falta de esperança: “hoje, diante de um tabuleiro de xadrez, confuso, em que se perdem as melhores argúcias políticas, e como se tudo tivesse voltado a um princípio e recomeçássemos a esperar Godot” (Saramago 2014: 301). E tudo se agudiza quando toma posse o V Governo Provisório, altura em que Saramago escreve a crónica “A crise continua”, onde dá conta do tráfico de influências na esfera política, da subjugação aos interesses económicos de países capitalistas europeus e mesmo dos Estados Unidos. E na crónica “Ser ou não ser Vasco” mostra claramente o seu apoio a Vasco Gonçalves, que seria o garante da continuidade da Revolução: “o primeiro-ministro Vasco Gonçalves é homem para o socialismo, o único entre as figuras históricas do MFA” (Saramago 2014: 371). Este, entretanto, viria a ser exonerado. Consequência disso, mais uma crónica e mais uma reiteração sobre o futuro incerto da Revolução. Em “Intervalo para acusar”, podemos ler: “Provavelmente a revolução avança. Aos tombos, cambaleando sob golpes vindos de todos os lados, mas avança. Provavelmente” (Saramago 2014: 372). A anáfora “provavelmente” mostra bem os perigos que podem rodear a revolução. A Vasco Gonçalves segue Pinheiro de Azevedo, em quem Saramago não deposita qualquer confiança: “A revolução reúne e concentra as suas forças, ou chegou ao fim delas?” (Saramago 2014: 372).

E as crónicas políticas de Saramago terminam na altura do golpe militar de 25 de novembro, que determinaria o seu afastamento do Diário de Notícias, considerado um jornal contrarrevolucionário pelo Conselho da Revolução. Na crónica “E o socialismo?”, a última de *Os Apontamentos*, desabafa o cronista: “O mais cómodo seria nada escrever. O mais prudente, seria deixar passar a onda que varre o País, este deflagrar das contradições que minam as Forças Armadas, incapazes de, unicamente, aceitarem o socialismo ou porem-se de acordo sobre um projeto político socialista” (Saramago 2014: 434). E deixa-nos uma pergunta retórica: “Fica por saber, depois do que aconteceu, o destino disto que se dizia ser o socialismo português. É essa resposta que se exige: em nome de todas as promessas e garantias com que o povo foi contemplado durante ano e meio... Quem pode responder?” (Saramago 2014: 435).

Mais tarde, em 1989, ao semanário *El País*, virá, em tom distópico, a afirmar: “a verdade, é que se essa revolução [25 de Abril de 1974] tivesse acontecido realmente não lhe chamariam Revolução dos Cravos, chamar-lhe-iam simplesmente revolução portuguesa. Mas tudo se ficou um pouco pelo folclórico” (Saramago *apud* Aguilera 2010: 104).

4. Considerações finais

Sabemos que Saramago não abandonou a mesma linha de escrita e a mesma militância plasmada nas crónicas políticas que aqui foram sumariamente afloradas como exemplos de uma atitude crítica e intervintiva do autor, como “a necessidade particular de José Saramago para, por meio de sua bagagem e problematizações propostas, postular uma contínua tendência à ação” (Thimóteo 2014: 275). Os romances são o prolongamento desse olhar atento do escritor – “[os meus livros] têm um sentido ideológico e político” (Saramago *apud* Aguilera 2010: 105), um escritor que, numa dicotomia entre história e ficção, continua a assumir a atitude pedagógica de alerta aos leitores para as questões que os devem preocupar enquanto cidadãos e para a consequente necessidade de ação. Essas questões podem, segundo Adriana Alves Martins, ser englobadas em três grandes dimensões: “uma atitude de resistência e mesmo de rebeldia e indignação perante

um mundo agonizante, uma razão doente e uma humanidade desumana” (Martins *apud* Real e Oliveira 2022: 591).

Os *Cadernos* são, diríamos, apesar do seu tom mais diarístico, um prolongamento da mesma escrita reflexiva de Saramago iniciada e cultivada nas crónicas e que o autor nos vai oferecer até praticamente ao fim da sua vida. Abordando também temáticas diversas, ali encontramos as prementes preocupações com a ética, a justiça, a política, o estado do mundo, ou a crítica e o elogio a figuras relevantes do seu (que é também o nosso) tempo.

Referências bibliográficas

- Aguilera, F. G. (2010). *José Saramago nas suas palavras*. Lisboa: Caminho.
- Cabrera, A. (2008). A censura ao teatro no período marcelista. *Media & Jornalismo*, 27–58. <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wpcontent/uploads/sites/8/2017/03/n12-a-censura-ao-teatro-no-perodo-marcelista.pdf>.
- Costa, H. (1997). *José Saramago: o período formativo*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Cunhal, Á. (1994). *A Revolução portuguesa – o passado e o futuro*. Lisboa: Editorial “Avante”.
- Lopes, J. M. (2010). *Saramago – Biografia*. São Paulo: Leya.
- Luís, F. (2008). Salazar – o ditador infeliz. *Visão História. A queda de Salazar e a “primavera marcelista”*, 2, 18–25.
- Mendes, J. M. (1975). *Por uma literatura de combate*. Lisboa: Bertrand.
- Mendes, P. E. (2020). Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcello Caetano: do outono ao inverno. *Tempo e Argumento*, 12, 29, e0205, <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0205>.
- Palma-Ferreira, J. (1972). José Saramago: Deste mundo e do outro. *Colóquio/Letras*, 6.
- Real, M.; & Oliveira, F. (2022). *As sete vidas de José Saramago*. Lisboa: Companhia das Letras.
- Reis, C. (1998). *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho.
- Rocha, N. (1965). *França: a emigração dolorosa*. Lisboa: Ulisseia.
- Roque, M. de F. P. de F. (2016). *Saramago: Escrever, Interromper. Narrativas breves de Saramago: problemáticas de um lugar discursivo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- Saramago, J. (2014). *Os apontamentos*. Lisboa: Porto Editora.
- _____. (1997). *A Bagagem do Viajante*. Lisboa: Caminho.
- _____. (1998). *Deste Mundo e do Outro*. Lisboa: Caminho.
- _____. (2006). *Manual de Pintura e Caligrafia: Romance*. Lisboa: Caminho.
- Sgarbi, E. A. (2020). *Os Apontamentos– Crônicas políticas (1972 -1975): Portugal segundo José Saramago*. São Paulo: Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista.
- Thimóteo, S. G. (2014). “Está lá tudo”: o constructo literário nas crônicas de José Saramago. São Paulo: USP.



This work can be used in accordance with the Creative Commons BY-SA 4.0 International license terms and conditions (<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode>). This does not apply to works or elements (such as images or photographs) that are used in the work under a contractual license or exception or limitation to relevant rights.